



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

2012/2150(INI)

10.8.2012

PROJETO DE PARECER

da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

dirigido à Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

sobre o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas:
aplicação das prioridades para 2012
(2012/2150(INI))

Relatora de parecer: Marije Cornelissen

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais insta a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

- A. Considerando que, em 2010, os Estados-Membros se comprometeram a alcançar os objetivos da estratégia UE 2020; considerando que a UE não está, porém, em vias de cumprir estes objetivos no prazo previsto, porquanto as metas nacionais combinadas são demasiado reduzidas e as medidas tomadas não conduziram a progressos significativos;
 1. Lamenta que, não obstante ter considerado que os compromissos assumidos pelos Estados-Membros nos seus Programas Nacionais de Reforma (PNR) não tinham sido suficientes para alcançar a maior parte dos objetivos da estratégia UE 2020, a Comissão não tenha solicitado, nas suas recomendações por país, quaisquer ações para melhorar as metas nacionais;
 2. Regozija-se com a Comunicação «Uma recuperação geradora de emprego» e com os respetivos documentos de trabalho dos serviços da Comissão; insta a Comissão a considerar a exploração do potencial de criação de empregos da economia verde, os cuidados de saúde e a assistência social, bem como o setor das TIC como prioridades essenciais da Análise Anual do Crescimento para 2013 (AGS);
 3. Lamenta que a maior parte dos Estados-Membros não tenham apresentado um Plano Nacional de Emprego no âmbito do seu Programa Nacional de Reforma para 2012;
 4. Saúda a recomendação que visa deslocar a carga fiscal sobre o trabalho para atividades prejudiciais para o ambiente; insta os Estados-Membros a aplicarem esta recomendação e a garantirem que a mesma será portadora de benefícios para, nomeadamente, as pessoas com rendimentos baixos;
 5. Reitera o seu convite dirigido à Comissão, com vista a criar um quadro para a economia social, um elemento importante do modelo social europeu e do mercado único;
 6. Lamenta que o Conselho não tenha tomado em consideração o pedido do Parlamento, a saber, de colocar a qualidade do emprego no centro das suas orientações para 2012; insta a Comissão a incluir, na AGS para 2013, a qualidade do emprego, os direitos fundamentais dos trabalhadores, bem como o apoio à mobilidade no mercado do trabalho, à mobilidade dos trabalhadores por conta própria e à mobilidade transfronteiras, reforçando a segurança dos trabalhadores em transição entre diferentes formas de regime de trabalho;
 7. Reitera o seu apelo aos Estados-Membros que garantam que as pessoas com contratos precários, temporários ou a tempo parcial e os trabalhadores por conta própria tenham uma proteção social adequada e beneficiem de acesso a formações, bem como que apliquem acordos-quadro a este respeito;

8. Acolhe com agrado as recomendações que visam a participação diminuta das mulheres no mercado do emprego; exorta a Comissão a ter em conta, nas suas orientações políticas, a segregação do mercado laboral, a distribuição injusta das responsabilidades em matéria de prestação de cuidados e os efeitos da consolidação orçamental sobre as mulheres;
9. Observa que foram dirigidas recomendações a vários Estados-Membros relativamente aos salários; insta a Comissão a assegurar que as mesmas não contribuam para o aumento da pobreza no trabalho ou da desigualdade salarial e que não prejudiquem os grupos com rendimentos baixos;
10. Congratula-se com a acrescida atenção consagrada pela Comissão e pelo Conselho ao combate ao desemprego juvenil; insta a Comissão a propor, sem demora, uma «garantia europeia da juventude» com carácter obrigatório; exorta o Conselho a tomar uma decisão célere sobre as propostas do pacote relativo ao emprego;
11. Regozija-se com a recomendação de procurar resolver as consequências sociais da crise, incluída nas orientações para 2012 e saúda o reforço da atenção prestada ao combate à pobreza, constante das recomendações por país; nota, porém, com muita preocupação o aumento da pobreza na UE;
12. Exorta a Comissão e o Conselho a reverem o painel de avaliação para a correção dos desequilíbrios macroeconómicos e a robustecerem a sua dimensão social e relativa ao emprego;
13. Declara-se preocupada com o facto de não terem sido incorporadas, nos objetivos da estratégia UE 2020, quaisquer recomendações aos Estados-Membros que beneficiam de programas de assistência financeira; insta a Comissão a avaliar o impacto do programa de ajustamento económico nos objetivos principais;
14. Insta o Conselho a alcançar um acordo rápido com o Parlamento e a iniciar a aplicação imediata da proposta para o reforço da supervisão dos Estados-Membros que se encontram em graves dificuldades, incluindo uma avaliação do impacto social, bem como a coerência global dos programas de ajustamento com as orientações gerais em matéria de política económica;
15. Exorta a Comissão e o Conselho a incluírem os parceiros sociais, as ONG e as autoridades locais na elaboração e na aplicação de políticas, no âmbito do Semestre Europeu;
16. Solicita à Comissão que alcance um acordo com o Parlamento no que toca a um formato da AGS que permita alterações por parte do Parlamento antes da sua aprovação pelo Conselho;
17. Convida a Comissão a melhorar a qualidade, transparência e responsabilidade democrática do Semestre Europeu por via de propostas legislativas que definam os requisitos formais relativos ao formato e aos prazos dos documentos a serem apresentados;
18. Insta os Estados-Membros a acordarem um procedimento que permita um autêntico

debate parlamentar, bem como uma participação das partes interessadas a nível nacional.